

ATA DA 114ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMGDT

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às dezoito horas e trinta minutos, em segunda chamada, deu-se o início da 114ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial do Município de Itajaí – CMGDT, na sala de Pregão da Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão - SEPOG, na Prefeitura de Itajaí, situada na Rua Alberto Werner nº 100, Vila Operária, neste Município, onde se fizeram presentes os seguintes conselheiros, representando suas respectivas entidades: o Vice Presidente Sr. Rafael da Silva Santos Albuquerque – representando a Secretaria Municipal de Urbanismo, o Sr. João Paulo Kowalsky – representando a Secretaria Municipal de Urbanismo, Sr. Giovanni Felix – representando a Secretaria de Emprego e Renda, Sr. Mauro Renato Marcelino – Secretaria da Fazenda, Sr. Robson Allan da Costa - representando a Secretaria de Segurança, Sr. Gibran Scolari - Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão, Sr. Ademair de Oliveira – Associação dos Moradores do km 12, Baía e Paciência, Sr. Álvaro Vanolli – representando a associação dos moradores do São João, Sra. Eluize Cristina Fonseca Mendes – representando a APROBRAVA, Sr. Eduardo Luis Agostini da Silva – representando o SINDUSCON, Sr. Leonardo Ferreira Santos – representando ACII, Sr. Robson Carlos dos Santos representando a AREA e Sr. Luiz Robério Fernandes Dias – Rotary Club Itajaí. **I – abertura e informes da presidência:** O Vice-presidente agradeceu a presença de todos, e iniciou a reunião justificando a ausência do Presidente Rodrigo Lamim, e seguida apresentou Ata da 113ª reunião que foi aprovada por unanimidade. **II – aprovação da pauta:** O Vice-presidente apresentou a pauta que foi enviada previamente a todos os conselheiros na convocação, sendo esta aprovada pelos conselheiros por unanimidade. Em seguida foi apresentada para plenária a inclusão de novo caso para a pauta do dia, tratando-se do Plano Específico de Zona de Proteção ao Aeródromo de Navegantes, a pedido do SINDUSCON, sendo aprovada a inclusão na pauta do dia. **III- Apresentação, debate e votação dos assuntos em pauta:** dando sequência o presidente iniciou a apresentação dos assuntos pautados, **O PRIMEIRO CASO** a ser discutido pela plenária o protocolo 10973/2018, requerido por Fabiana Moreira Silva, para emissão de alvará de funcionamento de fábrica, na Rua Arquiteto Luiz Augusto Trojan, nº245- São Vicente, sendo apresentada a localização da área do empreendimento por meio de slides, considerando o Código de Zoneamento da área e demais legislações pertinente ao caso, sendo aprovada por maioria. **O SEGUNDO CASO** da pauta para apreciação, conforme o protocolo 11037/2018, requerido por Reny Costa de Oliveira, este solicita a emissão de alvará de construção de rádio base, em prédio residencial, Avenida Campos Novos, nº 884, sendo apresentada a localização da área do empreendimento através de slides, considerando o Código de Zoneamento da área e demais legislações pertinente ao caso, sendo aprovada por unanimidade. **O TERCEIRO CASO** apreciado pela plenária foi protocolo 9338/2018, requerido por Luciane Veloso de Moraes, para permissão de emissão de alvará de funcionamento de atividades de lazer e cultura, Casa de Festas, Beach Club, Discotecas, Danceterias e similares, na Rua Rodolfo Bosco, nº 25, Bairro Cordeiros, sendo apresentada a localização da área do empreendimento através de slides, considerando o Código de Zoneamento da área e demais legislações pertinente ao caso, sendo aprovada por todos os conselheiros por unanimidade, com a condicionante do caso ser apreciado pela Comissão da Via- Expressa Portuário, visto que a Casa Noturna, está na área de intervenção do Projeto. **O QUARTO CASO** apreciado foi o protocolo 11136/2018, requerido por Reginaldo da Silva, este solicita a emissão de alvará de funcionamento, de atividades de lazer e cultura, Casa de Festas, Beach Club, Discotecas, Danceterias e similares, na Rua Ângelo Cavallieri, nº 355, Bairro Canhanduba, sendo apresentada a localização da área do futuro empreendimento através de slides, considerando o Código de Zoneamento da área e demais legislações pertinente ao caso, sendo aprovada por unanimidade. **O QUINTO CASO** apreciado foi o protocolo 11336/2018, requerido por Alfredo Quisinski Junior, para permissão de emissão de alvará de funcionamento de atividades de lazer e cultura, Casa de Festas, Beach Club, Discotecas, Danceterias e similares, na Rua Mineral, nº 1.415, Bairro Limoeiro, sendo apresentada a localização da área do empreendimento através de slides, considerando o Código de Zoneamento da área e demais legislações pertinente ao caso, sendo aprovada por unanimidade. **O SEXTO CASO** apreciado foi o protocolo 9887/2018, requerido por Phoenix Tower Participações S.A., para emissão de alvará de construção de rádio base, na Avenida José Eugênio Muller, nº 1.546, Bairro Dom Bosco, conside-

ATA DA 114ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMGDT

rando o Código de Zoneamento da área e demais legislações pertinente ao caso, sendo aprovada por unanimidade. **O SÉTIMO CASO** apresentado para plenária refere-se o calçadão da Avenida Hercílio Luz, do Projeto a ser implementado no local, em discussão foram ditos pontos positivos e negativos do funcionamento da Rua Hercílio Luz, os conselheiros presentes manifestaram-se com as seguintes idéias: a realização de concurso público; valorizando assim os arquitetos da cidade e região, audiências públicas, fomentar a discussão do assunto com apreciação de Trabalhos de Conclusão de Curso que refere-se sobre a área; viabilizar um estudo para a possibilidade de carga e descarga de veículos próximos as lojas; harmonizar a via entre pedestres e ciclistas. O Vice- Presidente sugere encaminhar as propostas da SMU para possibilitar a discussão nas Entidades, e posteriormente serem discutidas em plenária do Conselho. **O OITAVO CASO** apreciado pela plenária foi do Plano Específico de Zona de Proteção ao Aeródromo, sendo apresentado pelo Diretor de Controle Urbano João Paulo Kowalsky, o Mapa Aéreo da Situação das rotas de voo, o plano de aproximação do aeroporto e o processo de aprovação dos empreendimentos inseridos no raio do plano. Dando continuidade a explanação o representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil dos Municípios da Foz do Rio Itajaí / Santa Catarina, através de seu Presidente, Eng. Bruno de Andrade Pereira, realizou a leitura do Ofício encaminhado ao Prefeito de Itajaí. O documento aborda sobre a insegurança jurídica dos empreendedores do ramo imobiliário com empreendimentos nas proximidades da rota do aeroporto. Salientou o contato dos representantes dos Municípios de Itajaí e Navegantes, junto aos representantes da INFRAERO e CINDACTA II (Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo), onde abriu-se linha de comunicação com as autoridades aeroportuárias para solucionar o impasse referente às aprovações dos projetos arquitetônicos nestes municípios após a publicação da Portaria 957/2015/GC3DECEA. Também mencionou proposta de solução para tal problema, sugerindo a elaboração de Plano Específico de Zona de Proteção ao Aeródromo – PEZPA, deliberação esta, apontada na reunião no CINDACTA II. Mencionando ainda, da falta de validação do PLANO BÁSICO DE ZONA DE PROTEÇÃO AO AERÓDROMO – PBZPA (conforme ATA da reunião realizada no CINDACTA II em Curitiba) em razão de ser necessária alteração cadastral do Aeroporto de Navegantes, sendo, portanto, indispensável um estudo topográfico da sua zona de proteção. Segundo informações preliminares, diante de dificuldades orçamentárias, o estudo deverá ser elaborado somente a partir de 2019 com prazo estimado até 2022, conforme informado pelo órgão aeronáutico (CINDACTA II). Após a explanação, o Eng. Bruno de Andrade Pereira apresentou as duas propostas que foram encaminhadas ao Gabinete do Prefeito: 1- Que os projetos arquitetônicos sejam deferidos conforme Legislação vigente, respeitando os gabaritos máximos descritos em nosso plano diretor, embasados no dossiê anexo ao presente Ofício mencionado. 2- Que seja elaborado parecer pela Procuradoria do Município de Itajaí / Santa Catarina sobre a (im)possibilidade de utilização dos recursos da outorga onerosa do direito de construir para pagamento do estudo topográfico para elaboração do PLANO ESPECÍFICO DE ZONA DE PROTEÇÃO AO AERÓDROMO – PEZPA, caso aprovado em reunião ordinária do CMGDT. Diante das propostas houve manifestação da plenária, sendo amplamente debatida pelos Conselheiros. Levantou-se dúvida quanto a previsão legal de uso de recursos do Fundo Municipal para o pagamento do referido estudo. Diante disto, foi suspensa a deliberação referente ao item 2 do ofício. Foi deliberado e aprovado o item 1 do Ofício, com a ressalva de que fosse elaborado um Termo de Responsabilidade pela Procuradoria do Município a qual os empreendedores assumem todo e qualquer risco perante o órgão da aeronáutica, eximindo a municipalidade de qualquer ônus. **IV – apresentação de propostas de pauta para a próxima reunião:** foi solicitado pelo Conselheiro Álvaro Cesar Vanolli a apresentação sobre os recursos dos quais cabe ao conselho fiscalizar, o vice-presidente acatou a proposta e foi solicitado relatório para apresentação aos conselheiros. O conselheiro Robson Carlos Santos sugeriu a apresentação e deliberação do cronograma de trabalho do conselho até o final desta gestão. **V – manifestações gerais:** não houve manifestações gerais. **VI – encerramento:** Nada mais tendo a relatar, a reunião foi encerrada às 20:40(vinte horas e quarenta minutos), da qual lavrada por mim a presente ata, Claudio Ricardo Junior, secretário, que vai assinada, pelo Vice-Presidente do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial, Rafael da Silva Santos Albuquerque, e pelos demais conselheiros que

ATA DA 114^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMGDT

97 assim desejarem. Itajaí/SC, 05/09/2018. _____(secretário)
98 _____(Vice-Presidente).